

A ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO PRODUTIVA URBANA NO PLANO BRASIL SEM MISÉRIA

*Patricia Vieira da Costa, Luiz Herberto Müller, Margarida Munguba Cardoso
Marcelo de Sousa e Luciano Maduro Alves de Lima*

A maior parte da população pobre em idade adulta do Brasil é economicamente ativa¹. Contudo, sua inserção no mundo do trabalho em geral é precária, com renda baixa e instável. Em larga medida, isso se deve ao fato de não terem tido acesso à educação e a bons cursos de qualificação profissional. A estratégia de inclusão produtiva urbana do Plano Brasil sem Miséria, que é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e visa à superação da extrema pobreza em todo o país até o final de 2014², trouxe novas perspectivas a esse público.

O objetivo da estratégia é aproveitar a comprovada disposição dessas pessoas para o trabalho e promover a melhora da sua inserção no mercado, seja por meio do trabalho assalariado, autônomo ou associado. Qualificação profissional, intermediação

1 A participação dos beneficiários do Bolsa Família no mercado de trabalho está em linha com a das demais faixas de renda. E, segundo uma extensa revisão da literatura a esse respeito feita por Oliveira e Soares (2013), não existe confirmação empírica que sustente com embasamento a hipótese de que transferências de renda desestimulem o trabalho.

2 Instituído pelo Decreto n° 7.492, de 2 de junho de 2011, o Plano Brasil sem Miséria organiza suas ações em três eixos: garantia de renda, acesso a serviços e inclusão produtiva, com vertentes rural e urbana.

de mão-de-obra, incentivo e apoio ao empreendedorismo e à organização coletiva de empreendimentos solidários são algumas das políticas de inclusão produtiva urbana, sobre as quais discorreremos a seguir.

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

O Pronatec Brasil sem Miséria

O carro-chefe da estratégia de inclusão produtiva urbana é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego³, que oferece cursos gratuitos de qualidade reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC, responsável pelo programa) e pelo mercado. Em sua vertente voltada às pessoas de baixa renda, o Programa é conhecido como Pronatec Brasil sem Miséria.

Os cursos são ministrados por entidades do “Sistema S” – Senai, Senac, Senat e Senar⁴ –, pela rede federal de educação profissional, científica e tecnológica e por redes estaduais e municipais de educação técnica e tecnológica credenciadas pelo MEC.

Para oferta da qualificação profissional, as prefeituras precisam aderir ao Programa⁵. A adesão não requer a assinatura de convênio entre os governos federal

3 Criado pela Lei n° 12.513, de 26 de outubro de 2011, o Pronatec é constituído por: Bolsa-Formação Estudante, para cursos de educação profissional técnica de nível médio, nas formas concomitante, integrada ou subsequente e cursos de formação inicial e continuada; e Bolsa-Formação Trabalhador, destinada ao trabalhador e aos beneficiários dos programas federais de transferência de renda, para cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional. O Pronatec Brasil sem Miséria refere-se especialmente à Bolsa-Formação Trabalhador.

4 Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar).

5 Há informações às prefeituras sobre a adesão nos sítios pronatec.mec.gov.br e www.brasilsemmiseria.gov.br/inclusao-produtiva/pronatec.

e municipal, tampouco exige contrapartidas financeiras da prefeitura. O MEC paga pelos cursos diretamente às instituições que os ministram (conhecidas no Programa como “ofertantes”).

A adesão municipal ao Pronatec Brasil sem Miséria é realizada por meio de um sistema informatizado da rede da assistência social, o que privilegia a designação de um interlocutor na prefeitura que seja integrante dessa área. O interlocutor é responsável pela mobilização e inscrição do público nos cursos de qualificação, pelo acompanhamento dos beneficiários e pela articulação com todos os parceiros do Programa.

Com duração mínima de 160 horas, e caracterizados como de formação inicial e continuada (FIC)⁶, os cursos do Pronatec Brasil sem Miséria são oferecidos gratuitamente a pessoas maiores de 16 anos, prioritariamente para as registradas ou em processo de inserção no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal⁷. Não há limite de matrículas por família.

O catálogo do Pronatec relaciona 644 modalidades de cursos FIC, tais como operador de computador, recepcionista, auxiliar administrativo, eletricista e pedreiro. Há vagas para pessoas com diversos níveis de escolaridade, desde quem tem letramento inicial até alunos com ensino médio, a depender do curso. Isso significa que mesmo quem tem baixa escolaridade ou está há muito tempo fora da escola tem oportunidade de se matricular.

6 Os cursos FIC são voltados à formação de trabalhadores nas áreas da educação profissional e tecnológica, desenvolvendo suas aptidões para a vida produtiva e social, de modo a promover sua inserção ou reinserção no mundo do trabalho.

7 Informações sobre o Cadastro Único nos artigos “O papel do Cadastro Único no Plano Brasil sem Miséria”, “O Programa Bolsa Família e a luta para superação da extrema pobreza no Brasil” e em vários outros neste livro.

Quadro 1 – Áreas em que há oferta de cursos do Pronatec Brasil sem Miséria

EIXO TECNOLÓGICOS
Produção Alimentícia
Produção Industrial
Recursos Naturais
Ambiente e Saúde
Produção Artística, Cultural e Design
Desenvolvimento Educacional e Social
Informação e Comunicação
Produção Cultural e Design
Infraestrutura
Gestão e Negócios
Turismo, Hospitalidade e Lazer
Segurança
Controle e Processos Industriais
Saúde e Estética

Fonte: Guia Pronatec de Cursos FIC (MEC), 2014.

Diferencial: adaptação ao público-alvo

Tentativas anteriores de conferir escala a programas de qualificação profissional sem abrir mão da qualidade e incorporando a população mais pobre não prosperaram por não terem sido desenhadas sob medida para esse grupo, cujas especificidades é preciso levar em conta. Baixa escolaridade, falta de acesso a informações sobre os cursos, ausência de oferta em pequenas e médias cidades, jornada de trabalho de várias horas ao dia, longas distâncias a percorrer até a escola, turno inadequado das aulas e custos indiretos de participação (como os de transporte e alimentação) são apenas alguns dos obstáculos que, somados à baixa renda, dificultavam a participação desse público.

Buscando contornar tais entraves, o governo federal, além de cobrir os custos dos cursos, viabilizando a gratuidade, também disponibilizou recursos para que as escolas providenciassem para todos os alunos do Pronatec Brasil sem Miséria o material escolar⁸ e didático usado nos cursos, bem como a “assistência estudantil”, que consiste de alimentação e transporte, ou de recursos para custeá-los.

Entretanto, existiam ainda três grandes desafios a serem superados. Primeiro, havia dificuldades para divulgar os cursos e sensibilizar o público de mais baixa renda quanto à importância da qualificação profissional. Muitos sequer se viam como destinatários da política. E havia quem pensasse que a matrícula nos cursos de qualificação profissional implicaria perda de benefícios como o do Bolsa Família, o que é infundado⁹.

A entrada da rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na estratégia foi decisiva para mudar essa situação. Sua experiência no atendimento às famílias mais vulneráveis, sua abrangência nacional e sua capilaridade fizeram da rede SUAS o parceiro ideal para o Ministério da Educação no Programa, levando as informações sobre o Pronatec Brasil sem Miséria até o público-alvo e acompanhando a sua trajetória durante o curso. Além disso, a área da assistência social vem sendo fundamental para encaminhar os formados aos serviços de intermediação de mão de obra e de apoio ao microempreendedorismo e a iniciativas de economia solidária.

Outro desafio era o de adaptar os cursos ao público. Para tanto, foram realizadas oficinas com as ofertantes. Nesses encontros, foi elaborado o “Documento

8 Incluindo lápis, canetas, cadernos e uniforme, quando exigido pela instituição.

9 Não faria sentido privar do benefício quem ainda não teve acesso à qualificação e a melhores oportunidades no mundo do trabalho. Isso só limitaria suas chances de qualificação e os manteria presos na armadilha da pobreza. Destaque-se que, mesmo após ingresso em uma oportunidade de trabalho que melhore a renda, o desligamento do Bolsa Família não é automático. A depender da renda per capita, a família pode permanecer indefinidamente ou por mais algum tempo no Programa, e só virá a perder o benefício caso não mais se enquadre nos critérios previstos nas regras do Bolsa Família, conforme explicado no artigo “O eixo de garantia de renda do Plano Brasil sem Miséria”, neste livro.

de Referência para a Bolsa Formação Trabalhador no âmbito do Pronatec”, com o objetivo de nortear os parceiros estaduais, municipais, federais e unidades ofertantes sobre a especificidade do público e a melhor forma de incluí-lo nos processos de aprendizagem profissional.

Assim, os professores foram orientados e o material didático foi revisto sob a ótica do público-alvo de baixa renda e baixa escolaridade, o que requereu um grande esforço de adaptação das instituições que ministram os cursos. O início das novas turmas passou a observar uma metodologia de recepção e acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social. O objetivo era que os alunos se sentissem bem-vindos e à vontade, e também que fosse possível equalizar conhecimentos, permitindo que todos os alunos soubessem o que é necessário para acompanhar os cursos – iniciativa que ajudou a reduzir a evasão. Essa também foi uma grande mudança para as ofertantes.

Por orientação do MDS, os cursos do Pronatec Brasil sem Miséria devem ser precedidos de uma aula inaugural, oportunidade em que a prefeitura e a instituição ofertante falam sobre a importância da formação profissional para a trajetória ocupacional dos alunos, além de divulgarem ações complementares à qualificação, como a intermediação de mão de obra.

Outro avanço no sentido da adaptação ao público-alvo foi que, ao contrário de iniciativas anteriores na área de qualificação profissional, no Pronatec Brasil sem Miséria a maior parte das vagas (45%) são para o período noturno, de modo a conciliar trabalho e estudo – o que também requereu a adaptação das instituições que ministram os cursos. Inicialmente predominava a oferta de cursos diurnos, e aos poucos as escolas foram se adaptando a mais essa necessidade dos alunos do Pronatec Brasil sem Miséria.

Os pré-requisitos de escolaridade também foram reavaliados, pois muitos cursos tinham exigência de escolaridade desnecessariamente elevada, cerceando o acesso da população com menos anos de estudo. A comprovação de escolaridade tornou-se auto-declaratória, o que favoreceu o acesso dos indivíduos sem documentação escolar, seja por estarem há muitos anos fora da escola ou por residirem em local

distinto daquele onde estudaram. A redução de exigências de escolaridade permitiu que, desde o início do Pronatec até setembro de 2014, 57% das matrículas foram feitas em cursos que exigem apenas o ensino fundamental incompleto.

Diferencial: adaptação ao mercado de trabalho

O terceiro desafio relacionava-se à tendência natural das instituições que ministram os cursos de oferecer modalidades que fizessem parte de sua “carteira” habitual de qualificação profissional – para as quais já havia professores, equipamentos e instalações disponíveis. O problema é que nem sempre esses cursos (comumente denominados “de prateleira”), embora respeitem os requisitos de qualidade do MEC, respondem às demandas colocadas pela dinâmica do mercado de trabalho local, o que gera descompasso entre o tipo de mão de obra formada e o tipo de mão de obra requerida na região, diminuindo assim as oportunidades de entrada dos egressos do Pronatec Brasil sem Miséria no mercado.

É por isso que a quantidade de vagas e os cursos oferecidos em cada cidade que adere ao Pronatec Brasil sem Miséria são negociados entre o poder público, as instituições que ministram os cursos, os trabalhadores e o empresariado. A decisão deve levar em consideração a vocação econômica e os déficits de mão de obra da região, de modo a aumentar as chances de contratação dos formados.

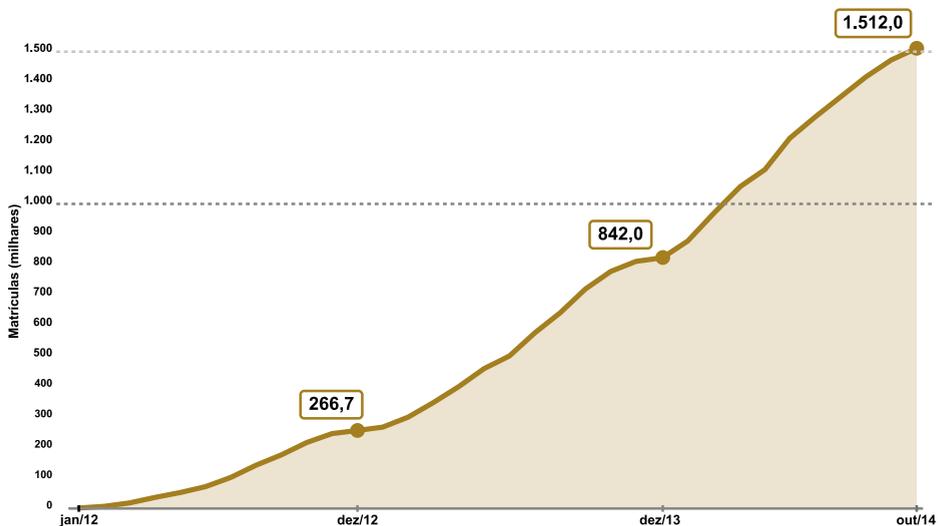
O MDS atuou na capacitação dos interlocutores do Pronatec Brasil sem Miséria nas prefeituras para essa tarefa de negociação. Isso foi feito em encontros presenciais ou com ferramentas que sintetizam e facilitam a leitura de indicadores do mercado de trabalho local, a exemplo do boletim eletrônico “Mercado de Trabalho no seu Município”, disponível no portal do Brasil sem Miséria¹⁰.

¹⁰ Disponível em: www.brasilsemiseria.gov.br/mercado-de-trabalho.

Resultados

Os resultados de todos esses esforços são animadores. De janeiro de 2012 a outubro de 2014, o Pronatec Brasil Sem Miséria teve, como mostra o gráfico abaixo, 1,5 milhão de matrículas – 67% delas, de mulheres. Os jovens de 18 a 29 anos respondiam por 48% das matrículas.

Gráfico 1 – Evolução das matrículas no Pronatec Brasil Sem Miséria (acumulado 2012-2014)

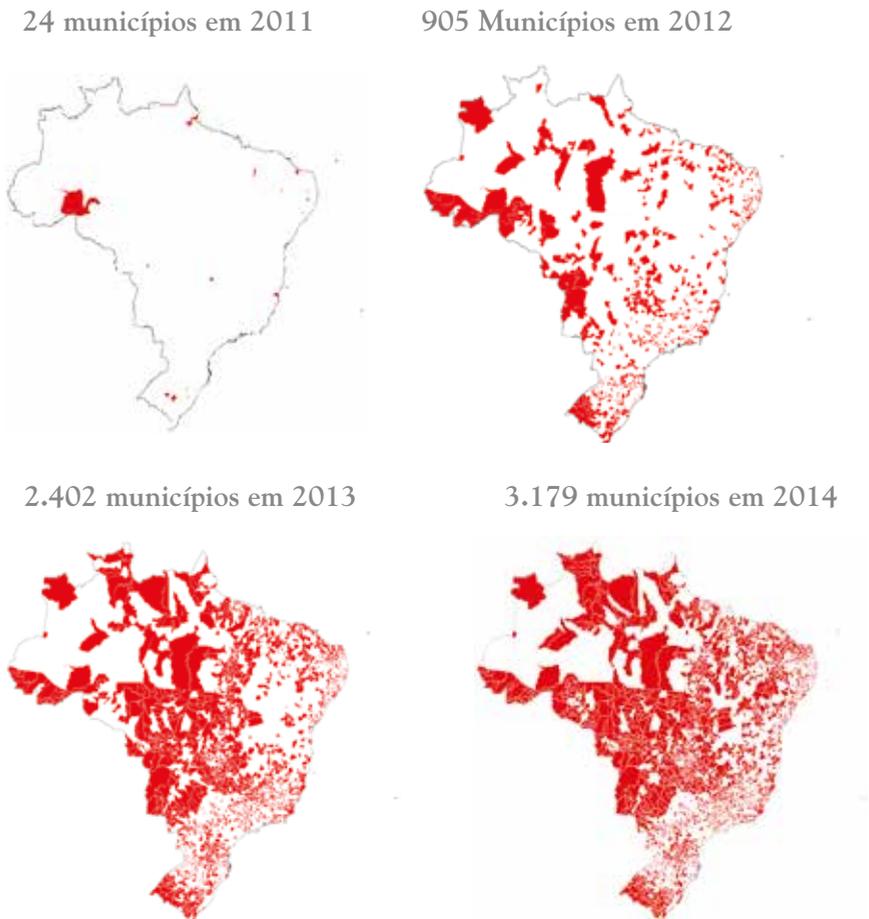


Fonte: Sistec/MEC.

Ressalte-se que, mesmo oferecendo cursos de instituições de excelência em ensino profissional, cuja oferta tende a se concentrar em grandes centros, o Pronatec Brasil sem Miséria não ficou restrito às capitais e às grandes cidades: em novembro de 2014, 3.966 municípios de todos os portes tinham oferta de cursos. Um feito inédito, que foi possível graças à capilaridade combinada da rede socioassistencial, das entidades do Sistema S e das redes federal, estaduais e municipais.

Essa interiorização foi viabilizada, em grande medida, por “unidades móveis” de ensino ou pela “oferta remota”, que consiste na disponibilização, pelas prefeituras, de espaços adequados às atividades pedagógicas das ofertantes.

Figura 1 – Distribuição territorial Pronatec Brasil sem Miséria (2011-2014)



Fonte: Sistec/MEC. Elaboração: Sagi/MDS.

A maior parte das matrículas do Pronatec Brasil sem Miséria em 2014 foram feitas na região Nordeste (32%), seguida por Sudeste (24,1%), Sul (23,6%), Centro-Oeste (11,6%) e Norte (8,6%).

O fato de o MEC pagar pelos cursos diretamente às instituições de ensino desburocratiza sobremaneira o Programa, evitando a necessidade de procedimentos muitas vezes complexos de repasses de verbas a estados e municípios. Isso facilita o trabalho das prefeituras e dos governos estaduais, que podem centrar esforços na mobilização de público e em seu encaminhamento para ações de intermediação de mão de obra ou de apoio ao empreendedorismo.

Iniciativas anteriores de qualificação profissional, em que os recursos para pagamento dos cursos eram repassados pelo governo federal aos municípios (que então selecionavam e pagavam as ofertantes localmente selecionadas), embutiam o risco de que os cursos tivessem qualidade inferior, especialmente nos locais aos quais as redes de ensino profissional de excelência não chegavam. Esse risco era potencializado pelo fato de os cursos passíveis de serem ofertados não estarem relacionados em um guia oficial e tampouco terem de observar grade curricular e carga horária previamente definidas.

Inserção no mercado de trabalho

Com o objetivo de monitorar a efetividade do Pronatec Brasil sem Miséria, o MDS realizou cruzamentos entre as bases de dados do Cadastro Único, da folha de pagamento do Programa Bolsa Família, do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec)¹¹, da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)¹², abrangendo o período 2012-2014 (até o mês de junho).

¹¹ Sistema de gestão eletrônica do Pronatec, mantido pelo MEC.

¹² A Rais e o Caged são registros administrativos coordenados pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Empresas privadas, empresas públicas e órgãos governamentais têm a obrigação de preencher a Rais anualmente, fornecendo informações sobre seu quadro de empregados. O Caged é preenchido apenas pelas empresas privadas, mensalmente e sem caráter obrigatório, fornecendo informações sobre o fluxo de contratação e desligamento de pessoal.

Esse procedimento permitiu identificar o quantitativo de pessoas¹³ inscritas no Cadastro Único e de beneficiários do Bolsa Família que concluíram cursos FIC do Pronatec Brasil sem Miséria e que passaram pelo mercado de trabalho formal. Com isso, tem-se um indicador que sinaliza o potencial de empregabilidade proporcionado por esses cursos para o público do Brasil sem Miséria.

De um total de 1,1 milhão de pessoas matriculadas no Pronatec Brasil sem Miséria (acumulado até junho de 2014), 430,4 mil tiveram vínculo empregatício formal entre 2012-2014. Isso significa que 37,6% do público inscrito no Pronatec Brasil sem Miséria esteve no mercado de trabalho formal no período. A maior parte é constituída por jovens entre 18 e 24 anos (135,2 mil), seguida por adultos na faixa etária 30 a 39 anos (125,4 mil). Um achado importante foi que, dentre aqueles que transitaram no mercado formal de trabalho, 183,7 mil (42,7%) obtiveram o emprego após a matrícula em um curso do Pronatec Brasil sem Miséria.

Quando se considera a totalidade dos cursos FIC do Pronatec¹⁴, o total de pessoas matriculadas alcançou 2,5 milhões (acumulado até junho de 2014) – sendo 800 mil beneficiários do Bolsa Família. Desse universo de 2,5 milhões, 996,7 mil pessoas tiveram acesso ao emprego no período analisado. Dentre elas, 525 mil são pessoas inscritas no Cadastro Único (52,7% do total que teve vínculo empregatício formal). E, do conjunto de pessoas que fazem parte do Cadastro Único, 197,2 mil são beneficiários do Programa Bolsa Família, dos quais 106,4 mil (54%) obtiveram emprego após se matricularem nos cursos do Pronatec¹⁵.

¹³ A quantidade de pessoas matriculadas é maior que a de matrículas, pois cada pessoa pode se matricular em até três cursos (não concomitantes) por ano.

¹⁴ Incluindo as modalidades que fazem parte da Bolsa Formação Trabalhador e da Bolsa Formação Estudante. Não inclui as iniciativas Brasil Profissionalizado, Acordo de Gratuidade com o Sistema “S” e E-TEC.

¹⁵ Os dados relativos ao cruzamento entre Cadastro Único, folha do Bolsa Família, Sistec, Rais e Caged serão objeto de análise aprofundada em artigo a ser publicado na série “Estudos Técnicos SAGI”, uma publicação do MDS (no prelo).

A participação da equipe de inclusão produtiva urbana da Sesep

A implementação da estratégia do Pronatec Brasil sem Miséria requereu intensas negociações entre o MEC, o MDS e as instituições ofertantes. A equipe de inclusão produtiva urbana da Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza (Sesep), órgão do MDS responsável pela coordenação do Plano Brasil sem Miséria, participou de todo esse processo, desde a criação do Pronatec, tornando-se um ator reconhecido pelo MEC e por seus parceiros como imprescindível para o sucesso do Programa.

No início do Pronatec Brasil sem Miséria, eram elegíveis apenas as cidades com mais de 100 mil habitantes e com unidades do Sistema Nacional de Emprego (Sine). Em novembro de 2011 (a Lei que criou o Pronatec foi sancionada em 26 de outubro de 2011), a Seseep organizou um evento em Brasília tendo como convidados os prefeitos, secretários de assistência social e do trabalho dos estados e de municípios com mais de 100 mil habitantes, além de representantes do sistema nacional de aprendizagem e dos institutos federais de cada cidade. Também participaram a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e os ministros da Educação e do Trabalho Emprego.

O objetivo era apresentar a proposta do Pronatec Brasil sem Miséria e firmar o acordo de cooperação entre o MEC e o MDS para a realização do Programa junto à rede SUAS. Depois disso, foram constituídas 27 mesas de negociação (uma para cada estado e para o Distrito Federal), coordenadas pelo MDS e compostas por representantes de cada uma das entidades elencadas acima. O intuito foi de adequar as ofertas de cursos à dinâmica econômica de cada cidade.

Além da articulação em nível federal, a equipe da Seseep estabeleceu contato telefônico diuturno com os 100 primeiros municípios que aderiram ao Programa, para identificação dos responsáveis pela execução no âmbito municipal. Também realizou inúmeras reuniões nos estados, para que eles assumissem a coordenação estadual da iniciativa. E prestou apoio técnico, disponibilizando as orientações necessárias para

a implantação do Programa, além de exercer o papel de mobilizadora e articuladora entre as instituições ofertantes, as áreas de educação, assistência social e trabalho, os trabalhadores e as empresas. Esse trabalho da Sesep ajudou muito a dar voz aos municípios de menor porte em todo o processo.

Os resultados não teriam sido tão positivos sem o engajamento e a receptividade à inovação demonstrados por todos os parceiros. Afinal, o formato encontrado para a qualificação profissional dos brasileiros mais pobres representa uma verdadeira mudança de paradigma nessa área – o que só se faz com muito esforço e disposição para trabalhar de maneira articulada. E, é claro, com o empenho do público-alvo em se qualificar para melhorar suas vidas e a de suas famílias.

Brasil Sorridente e Pronatec Brasil sem Miséria

O Ministério da Saúde (MS) e o MDS firmaram parceria para articular o programa Brasil Sorridente e o Pronatec Brasil sem Miséria, criando oportunidades para o atendimento odontológico do público matriculado nos cursos. A saúde bucal – com a colocação de próteses dentárias, por exemplo – contribui para a eliminação de barreiras impostas pelo mercado. Por isso, o encontro dessas políticas aumenta as chances de inserção qualificada no mundo do trabalho para o público mais vulnerável.

Para participar, o município precisa ter no mínimo 200 vagas ofertadas no Pronatec Brasil sem Miséria e infraestrutura que inclua equipe de saúde bucal, Centro de Especialidades Odontológicas e Laboratório Regional de Prótese Dentária, além de participar do Acessuas Trabalho¹⁶.

O provimento dos serviços odontológicos deve se realizar no decorrer dos cursos. Para que isso seja possível, é necessária a formulação de estratégias de

¹⁶ Informações sobre o Acessuas Trabalho adiante, neste mesmo texto.

execução entre as secretarias municipais de assistência social e de saúde e a unidade ofertante do curso de qualificação profissional. O desafio é integrar os serviços.

O interlocutor titular do Pronatec Brasil sem Miséria no município notifica o coordenador municipal de saúde bucal sobre início das aulas, a localidade da unidade de ensino, o quantitativo de alunos e o período do curso. O coordenador de saúde bucal é quem organiza, executa e gerencia os serviços e as ações da saúde bucal no município, e sua articulação com o interlocutor do Pronatec Brasil sem Miséria é fundamental para o bom funcionamento da parceria.

Já na aula inaugural pode ser realizada a avaliação clínica da saúde bucal dos alunos, para posterior agendamento do atendimento. A prioridade é dada de acordo com avaliação de risco para a saúde bucal. O governo federal sugere concentrar o atendimento em uma unidade de saúde próxima do local do curso, ou na Unidade Básica de Saúde (UBS) mais próxima da residência de cada aluno. O coordenador de equipe de saúde bucal ou o interlocutor do Pronatec Brasil sem Miséria informa ao aluno o horário e o local da consulta¹⁷, certificando-se de que o agendamento não coincida com o horário de aula.

A meta é atender pelo menos 60% dos alunos nos primeiros três meses de execução da parceria, e 100% a partir dos seis meses, sempre ofertando próteses aos alunos que necessitam, pois elas favorecem o acesso da população pobre a oportunidades de inserção no mercado formal de trabalho. Em setembro de 2014, a parceria era executada em 276 municípios que tinham cursos do Pronatec Brasil sem Miséria.

¹⁷ Os serviços odontológicos que poderão ser prestados envolvem restaurações, profilaxia, tratamento periodontal, tratamento endodôntico (conforme disponibilidade técnica e de equipamento), exodontias de decíduos e permanentes, diagnóstico precoce de patologias em tecido duro ou mole e reabilitação protética. Há também atendimento especializado nas áreas de endodontia, periodontia, cirurgia oral menor, prótese dentária e estomatologia, com ênfase no diagnóstico de câncer bucal.

O Pronatec Brasil sem Miséria e alguns dos seus públicos específicos

O alto grau de vulnerabilidade de alguns públicos exigiu atendimento diferenciado no Pronatec Brasil sem Miséria. É o caso de mulheres, adolescentes e jovens em situação de abuso e/ou exploração sexual e da população em situação de rua, para os quais foram desenvolvidas as iniciativas abordadas a seguir.

Os múltiplos saberes das mulheres, suas histórias, seu aprendizado e sua vivência são todos aproveitados no Programa Mulheres Mil, que potencializa essa bagagem e a transforma em qualificação profissional com vistas à adequada inserção no mundo do trabalho. Para tanto, o Programa Mulheres Mil utiliza uma metodologia específica, que privilegia temas transversais organizados em três eixos – educação, cidadania e desenvolvimento sustentável.

Os cursos são ministrados a mulheres de um mesmo território, com histórias de vida e identidades comuns, permitindo identificar grupos que trabalham sem relação com o mercado formal, mas têm potencial para se organizar em coletivos integrados aos arranjos produtivos sociais e culturais locais, ou para se estabelecer como microempreendedoras individuais.

O Programa Mulheres Mil começou a ser implantado em 2007, em cooperação com o governo do Canadá, inicialmente nas regiões Norte e Nordeste. No início de 2014, o MDS e o MEC firmaram parceria para integrá-lo ao Pronatec Brasil sem Miséria, ampliando a oferta de qualificação profissional às mulheres mais pobres, em especial às beneficiárias do Programa Bolsa Família que não acessavam os cursos do Pronatec, em virtude da baixa escolaridade, situação de vulnerabilidade e violência.

O Pronatec Mulheres Mil é executado em parceria com os Institutos Federais

de Educação, Ciência e Tecnologia¹⁸ e tem carga horária média de 200 horas. Em 2014 foram ofertadas 81.521 vagas em 694 municípios de todos os estados do país. Havia 176 tipos de cursos disponíveis.

O Pronatec Brasil Sem Miséria também fechou parceria, no início de 2014, com o ViraVida, projeto do Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria (Sesi/CN) voltado a adolescentes e jovens em situação de abuso e/ou exploração sexual.

A partir dessa parceria, o público atendido pelo Projeto ViraVida do Sesi passou a se beneficiar de cursos de qualificação profissional do Pronatec Brasil sem Miséria. Isso possibilitou que adolescentes e jovens elevassem sua autoestima, descobrissem novos potenciais, resgatassem valores pessoais, fortalecessem os vínculos familiares e comunitários e aumentassem sua capacidade profissional, com maiores chances de inserção digna no mundo do trabalho.

Os adolescentes e jovens em situação de exploração sexual são matriculados em turmas exclusivas, devido à necessidade de acompanhamento diferenciado durante o ciclo inicial de atendimento psicossocial do Sesi, que dura 12 meses. Em 2014 foram ofertadas 1.549 vagas em 116 turmas, distribuídas em 27 municípios.

Ainda no que diz respeito a públicos específicos, uma experiência importante foi desenvolvida na cidade de São Paulo, com vistas à inclusão produtiva de pessoas em situação de rua por meio do Pronatec Brasil sem Miséria. Os cursos – de marceneiro, pedreiro, padeiro, eletricitista, entre outros – geralmente são oferecidos em turmas exclusivas, de modo a contemplar a formação e necessidades específicas desse público.

A iniciativa é fruto de uma parceria da prefeitura com o Senai e o Movimento Nacional de População de Rua. Atuando em conjunto, os parceiros têm mais condições de lidar com as particularidades da população em situação de rua, cujo

18 Para poder implementar o Programa Mulheres Mil, é preciso que o município tenha aderido ao Pronatec Brasil sem Miséria.

índice de evasão tende a ser mais alto que o de outros públicos. Os alunos contam com o acompanhamento da rede socioassistencial do município, que trabalha em estreita cooperação com a equipe do Senai para lidar da melhor forma e com a maior rapidez possível com eventuais dificuldades que os alunos enfrentem.

Para incentivar a participação nos cursos, a iniciativa oferece uma bolsa presença no valor de R\$ 2 por hora/aula, que se somam aos R\$ 2 por hora/aula já pagos a título de assistência estudantil pelo Pronatec.

Iniciada em abril de 2013, a experiência paulistana teve 363 inscritos, sendo 144 beneficiários do Programa Bolsa Família. Na primeira etapa, 171 alunos se formaram, e parte deles foi encaminhada a processos seletivos de empresas parceiras.

O caráter inovador dessa prática deu ao município de São Paulo o primeiro lugar no Prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social: Edição Especial – Bolsa Família 10 Anos em 2013, na categoria “Ações articuladas do Plano Brasil sem Miséria voltadas à inclusão produtiva das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família”.

APOIO AOS MUNICÍPIOS COM O ACESSO AO TRABALHO

Para apoiar os municípios nas atividades relacionadas à inclusão produtiva dos beneficiários da assistência social, o Plano Brasil sem Miséria criou o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho). Ele transfere recursos do governo federal aos municípios para a execução de ações que contribuam na integração dos usuários da assistência social ao mundo do trabalho – seja por meio do emprego formal, do empreendedorismo individual ou de empreendimentos de economia solidária.

Trata-se de um programa de fortalecimento institucional, que contribui para ampliar a capacidade dos municípios de desenvolver iniciativas de articulação com políticas que promovam a inclusão produtiva, como as do campo do trabalho,

emprego e renda – incluindo a mobilização para cursos do Pronatec Brasil sem Miséria, o acompanhamento dos alunos, o monitoramento de sua trajetória e o encaminhamento a ações de intermediação de mão de obra.

Os recursos são transferidos do governo federal para o municipal por meio do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), dispensando a celebração de convênio ou a apresentação de contrapartida municipal. Os critérios e o prazo para a adesão dos municípios ao programa são definidos anualmente por resolução da comissão intergestores tripartite (CIT), formada por representantes da assistência social nos níveis federal, estadual e municipal.

De 2012 a 2014, as prefeituras que aderiram ao Programa Acessuas Trabalho receberam repasses de R\$ 254,4 milhões (para o ano de 2014, há previsão de repasse adicional de R\$ 97,6 milhões). O Programa teve a adesão de 292 municípios em 2012, 739 municípios em 2013 e 1.379 municípios em 2014¹⁹. A participação dos municípios de pequeno porte teve crescimento considerável no período, passando de 20% em 2012 para 71% em 2014.

O município que adere ao Acessuas Trabalho se compromete com ações e metas estabelecidas anualmente em resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e monitoradas pelo MDS. As secretarias municipais de assistência social ficam responsáveis pela mobilização e encaminhamento ao Pronatec Brasil Sem Miséria (e para outras iniciativas de inclusão produtiva) e pelo acompanhamento da permanência dos alunos nos cursos.

¹⁹ A Resolução 27/2014 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) estendeu o prazo de vigência do programa, que iria até o final de 2014, quando termina o Plano Brasil sem Miséria, para até 2018.

INTERMEDIÇÃO DE MÃO DE OBRA

Caso queiram se inserir no mercado de trabalho como assalariados, os egressos dos cursos de qualificação profissional contam com serviços para intermediação de mão-de-obra. As ações de intermediação do Plano Brasil sem Miséria são executadas pela rede do Sistema Nacional de Emprego (Sine), coordenada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Intensificar a prestação de serviços de intermediação aos usuários da assistência social é um desafio colocado ao Plano desde o seu lançamento.

Um cruzamento feito em setembro de 2012 entre as bases de dados do Cadastro Único e do Programa Mais Emprego mostrou que 27,3% das pessoas (5.625.620 indivíduos) com mais de 16 anos inscritas no Cadastro e residentes no meio urbano em todo o país haviam sido atendidas com ação de intermediação de mão de obra pelo Sine (por meio do Programa Mais Emprego) nos cinco anos anteriores.

O resultado desse estudo preliminar deixou claro não só que a intermediação atendia ao público do Cadastro Único, mas também que existia potencial para ampliar seu alcance junto aos beneficiários do Brasil sem Miséria.

Cientes desse resultado, e no intuito de organizar os esforços intersetoriais necessários para articular ações de qualificação profissional e de intermediação de mão de obra, ampliando as probabilidades de o público do Plano Brasil sem Miséria ingressar no mercado de trabalho na condição de assalariado, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) firmaram um termo de cooperação em dezembro de 2012.

O objetivo era ampliar a oferta de serviços de intermediação de mão de obra no âmbito do Sine para o público inscrito no Cadastro Único, com prioridade para os concluintes de cursos do Pronatec Brasil sem Miséria. O acordo, com vigência de um ano, contemplou os nove estados da região Nordeste (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) e o estado de Minas Gerais²⁰.

O acordo previa a descentralização de R\$ 20,9 milhões do MDS ao MTE, para custeio e investimento na rede do Sine dos estados participantes. Os recursos podiam ser usados em despesas que aumentassem a capacidade de atendimento dos postos, como: aquisição de equipamentos de informática, mobiliário, ampliação da capacidade de transmissão de dados, reforço nos serviços e treinamento das equipes das unidades de atendimento, aumento da estrutura de captação de vagas e melhoria física dos postos.

Para alcançar os egressos do Pronatec Brasil sem Miséria, foi colocada em prática, em parceria com os governos estaduais, uma metodologia de trabalho conjunto para oferta dos serviços de intermediação das agências do Sine ao público-alvo.

A meta da parceria era a inscrição de 654.294 trabalhadores do Cadastro Único no sistema Mais Emprego (o que implicaria passarem por

20 A região Nordeste foi escolhida porque concentrava 53% das pessoas extremamente pobres com mais de 18 anos de idade e habitando o meio urbano, e respondia por 40% das matrículas do Pronatec Brasil sem Miséria. Além disso, entre 2010 e 2011, foi a região com segundo maior crescimento de empregos formais no país, de 5,87% (o que representou 470,2 mil novos empregos formais), ficando acima do crescimento nacional, de 5,09%. O estado de Minas Gerais foi incluído porque os municípios do norte do estado estão na área de jurisdição da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

procedimento de intermediação de mão de obra)²¹ e a colocação de 105.937 pessoas do Cadastro Único no mercado de trabalho²² no período de vigência da cooperação (dezembro de 2012 a dezembro de 2013).

Foram prestados serviços de intermediação a 2.186.914 trabalhadores por meio do Programa Mais Emprego nos estados participantes da parceria entre dezembro de 2012 e outubro de 2013. Desse total, 945.647 trabalhadores eram do Cadastro Único (43%), superando com folga a meta do acordo, e 487.402 (22%) eram beneficiários do Programa Bolsa Família. No que tange aos colocados no mercado de trabalho, o total do período foi de 269.514 trabalhadores, dos quais 124.956 integravam o Cadastro Único (46%), o que também ficou acima da meta prevista, e 65.970 eram beneficiários do Programa Bolsa Família (25%). Desse modo, ambas as metas do acordo foram superadas no agregado, como mostra a Tabela 1.

21 Para estabelecer as metas, os ministérios apuraram a média anual de cidadãos inscritos no Cadastro Único atendidos no Sine nos cinco anos anteriores à cooperação. As metas representam essa média acrescida de 50%, como esforço suplementar.

22 As metas representam a média anual de cidadãos inscritos no Cadastro Único atendidos e colocados no mercado de trabalho pela rede Sine na região de execução do acordo, acrescida de 50% como esforço complementar.

Tabela 1 – Trabalhadores do Cadastro Único e do Bolsa Família inscritos no Mais Emprego e colocados no mercado de trabalho nos estados participantes da parceria (dez/2012 a dez/2013)

	TOTAL	CADASTRO ÚNICO	% CADASTRO ÚNICO	PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	% BOLSA FAMÍLIA
Pessoas inscritas no Mais Emprego	2.186.914	945.647	43%	487.402	22%
Pessoas colocadas no mercado de trabalho	269.514	124.956	46%	65.970	25%

Fonte: Cruzamento de bases de dados do Sistema Mais Emprego (MTE) e do Cadastro Único (MDS)

Nota-se, contudo, que os resultados não foram uniformes entre os estados participantes, como mostra a Tabela 2. Todos os estados cumpriram a meta de inscrição no sistema Mais Emprego, com a exceção do Ceará. Mas apenas três alcançaram a meta de colocação do mercado de trabalho – só que com enorme folga, o que compensou o resultado dos demais estados e permitiu cumprir a meta global do acordo. Entre esses três está justamente o Ceará, que teve o segundo melhor resultado em termos de colocação no mercado.

Tabela 2 – Execução (trabalhadores do Cadastro Único inscritos no Mais Emprego e colocados no mercado de trabalho) por estado participante da parceria (dez/2012 a dez/2013)

UF	META		EXECUÇÃO			
	Inscritos	Colocados	Inscritos	%	Colocados	%
AL	17.244	2.792	41.950	243%	10.659	382%
BA	97.943	15.858	195.545	200%	29.845	188%
CE	138.317	22.395	116.332	84%	43.221	193%

UF	META		EXECUÇÃO			
	Inscritos	Colocados	Inscritos	%	Colocados	%
MA	28.478	4.611	52.478	184%	2.424	53%
MG	192.089	31.101	284.218	148%	24.486	79%
PB	25.624	4.149	41.760	163%	2.411	58%
PE	103.643	16.781	105.689	102%	9.304	55%
PI	16.292	2.638	37.149	228%	970	37%
RN	26.349	4.266	37.448	142%	973	23%
SE	8.315	1.346	33.078	398%	663	49%
TOTAL	654.294	105.937	945.647	145%	124.956	118%

Fonte: Cruzamento de bases de dados do Sistema Mais Emprego (MTE) e do Cadastro Único (MDS).

Quanto à efetividade da iniciativa, a taxa de colocação²³ média global observada no período foi de 12,3% nos estados participantes do acordo. Considerado apenas o público do Cadastro Único, a taxa de colocação foi ligeiramente superior, de 13,2%. Se o recorte de público considerar apenas os beneficiários do Programa Bolsa Família, a taxa foi de 13,5%. Os resultados sugerem que, quando o público mais vulnerável tem acesso a serviços de intermediação de mão de obra, suas chances de ingressarem no mercado de trabalho são similares às dos demais públicos.

Houve variações expressivas na taxa de colocação entre os estados participantes do acordo. Enquanto no Ceará a taxa para o público do Cadastro Único foi 37,1% de colocação no mercado, a maior registrada, os estados do Maranhão (4,6%), Piauí (2,6%), Rio Grande do Norte (2,5%) e Sergipe (2%) registraram taxas muito baixas. Os motivos para a heterogeneidade de desempenho entre os estados merecem uma avaliação mais aprofundada. Mas é certo que as diferenças apontam para oportunidades de compartilhamento de experiências e boas práticas.

²³ Percentual de colocados no mercado de trabalho sobre o total de inscritos no sistema Mais Emprego.

Não menos importante que a intermediação pela rede Sine são as parcerias do Brasil sem Miséria com as empresas responsáveis por grandes obras de infraestrutura. As parcerias envolvem a oferta de cursos de qualificação profissional do Pronatec de acordo com a demanda dos empreendimentos, nos municípios onde estão localizadas as obras. Em contrapartida, as empresas se comprometem a flexibilizar as exigências feitas nos processos seletivos, sobretudo aquelas relacionadas à experiência profissional. Assim, os parceiros promovem a qualificação e ampliam a contratação do público da região dos empreendimentos, reduzindo a migração de trabalhadores e mitigando problemas sociais decorrentes dessas movimentações.

MICROEMPREENDEDORISMO, MICROCRÉDITO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

O emprego formal com carteira assinada em uma empresa não é a única via para a inserção do público-alvo da estratégia de inclusão produtiva do Plano Brasil sem Miséria no mundo do trabalho. Muitos têm encontrado no microempreendedorismo e na economia solidária uma alternativa promissora de trabalho e renda.

Tendo ou não passado pelos cursos do Pronatec Brasil sem Miséria, o público de baixa renda que trabalha por conta própria tem acesso à formalização como microempreendedores individuais, de maneira simplificada e a custo reduzido, passando a contar com os benefícios previdenciários e as demais vantagens da formalização.

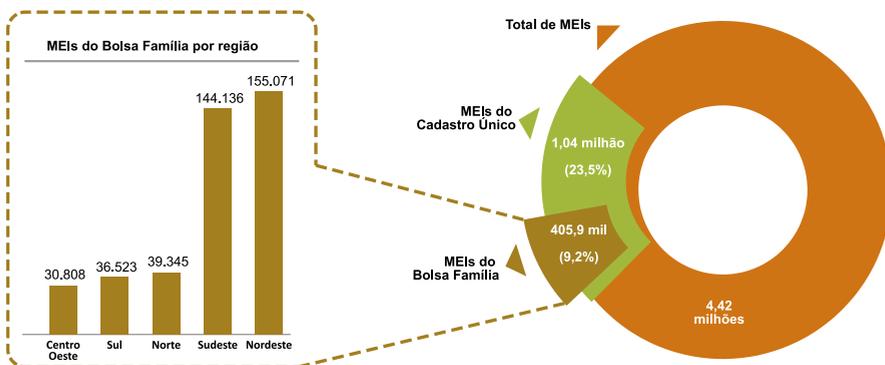
A formalização do microempreendedor individual pode ser feita de forma gratuita no Portal do Empreendedor²⁴ na internet. O Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e o número de inscrição na Junta Comercial são obtidos imediatamente, não sendo necessário encaminhar nenhum documento (ou cópia anexada) à Junta.

²⁴ Disponível em: www.portaldoempreendedor.gov.br

O custo mensal da formalização para o microempreendedor corresponde a 5% do salário mínimo²⁵. O pagamento é feito por meio do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS), que pode ser gerado por qualquer pessoa com acesso à internet. Além da cobertura previdenciária, a formalização apresenta diversas vantagens para o empreendedor, como o acesso a linhas de financiamento com custos reduzidos, a possibilidade de aquisição de insumos a preços praticados para produtores e a comprovação da origem da sua renda junto ao comércio em geral, aos bancos e aos órgãos de fiscalização.

Em abril de 2014, havia 4,4 milhões de pessoas formalizadas como microempreendedores individuais. Mais de 1 milhão delas eram pessoas inscritas no Cadastro Único, dentre as quais 406 mil eram beneficiárias do Programa Bolsa Família. As regiões com maior quantidade de microempreendedores formalizados eram o Nordeste e o Sudeste.

Gráfico 2 – Quantidade de microempreendedores individuais formalizados (Total, Cadastro Único e Bolsa Família)



Fonte: MDS e Sebrae, abril de 2014.

25 O equivalente a R\$ 36,20 em outubro de 2014.

Ressalte-se que, como já explicado anteriormente para o caso da matrícula no Pronatec Brasil sem Miséria, a formalização não leva à perda imediata do benefício do Bolsa Família²⁶.

Os microempreendedores também podem se beneficiar de serviços gratuitos de assistência técnica e gerencial coordenados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)²⁷. Em 2011, o Sebrae e o MDS assinaram um acordo de cooperação técnica, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, com o objetivo de adaptar metodologias de assessoramento técnico-empresarial às características e necessidades do público de baixa renda, além de ampliar a oferta desses serviços em localidades com muitas famílias em situação de vulnerabilidade²⁸ e com forte presença de microempreendedores da economia popular e de empreendedores em potencial.

O acordo previa que o Sebrae atendesse 120 mil microempreendedores individuais inscritos no Cadastro Único, mediante a realização de seis visitas de um assessor técnico a cada um dos empreendimentos atendidos. A partir do diagnóstico das fragilidades observadas na atividade produtiva, o assessor técnico pode encaminhar o microempreendedor a cursos gratuitos do próprio Sebrae, que abordam diversos aspectos da gestão de negócios, ou a entidades que operam o microcrédito produtivo orientado. Ao todo, o Sebrae realizou 120.621 atendimentos no âmbito do acordo.

O microempreendedor também pode participar de um dos 15 cursos formação inicial e continuada do Pronatec que oferecem módulos com conteúdos da área de empreendedorismo (o chamado “Pronatec Empreendedor”). O conteúdo de empreendedorismo é ministrado em carga horária que varia de 24 a 52 horas.

²⁶ Mas as famílias que decidem abrir mão do benefício têm prioridade no retorno ao Programa, caso voltem a precisar dele.

²⁷ Mais informações sobre microempreendedorismo e serviços do Sebrae para empreendedores de baixa renda no artigo “O empreendedorismo como promotor da inclusão social”, neste livro.

²⁸ O Sebrae busca atuar em comunidades com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

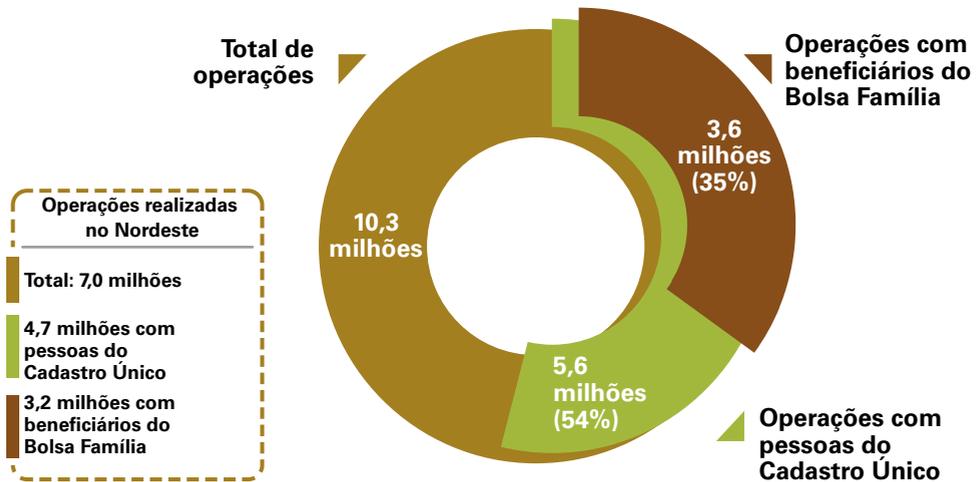
Para ajudar a estruturar e expandir os negócios, os microempreendedores, mesmo que ainda não estejam formalizados, têm acesso ao microcrédito produtivo orientado dos bancos públicos federais no Programa Crescer, uma iniciativa do Brasil sem Miséria para oferecer financiamento e orientação personalizada de agentes de crédito aos negócios dos microempreendedores de baixa renda.

No Crescer, que é operado de maneira desburocratizada para atender às necessidades dos empreendedores de baixa renda, a taxa de juros foi reduzida de 60% para apenas 5% ao ano, e taxa de abertura de crédito foi diminuída de 3% para 1%²⁹. Fazem parte do Programa o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e o Banco da Amazônia.

Das 10,3 milhões de operações feitas pelo Crescer de setembro de 2011 a agosto de 2014, 5,6 milhões (54% do total) foram empréstimos a pessoas do Cadastro Único, dentre os quais 3,6 milhões (35%) foram destinados a beneficiários do Bolsa Família.

²⁹ Mais informações sobre microcrédito produtivo orientado no artigo “Atuação de um banco de desenvolvimento para a superação da pobreza: o exemplo do Banco do Nordeste do Brasil”, neste livro.

Gráfico 3 – Quantidade de operações do Crescer (Total, Cadastro Único e Bolsa Família)



(*) Operações realizadas por pessoas físicas e microempreendedores individuais.

Fonte: MF e MDS, agosto de 2014.

Quem trabalha coletivamente também tem apoio do Brasil sem Miséria, no processo de organização, produção, comercialização e acesso a crédito³⁰. O Plano, por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, apoia 11,2 mil empreendimentos de economia solidária em todo o país, beneficiando diretamente mais de 240 mil pessoas.

³⁰ Mais informações sobre as iniciativas de economia solidária no artigo “Economia solidária e os desafios da superação da extrema pobreza no Plano Brasil sem Miséria”, neste livro.

Figura 2 – Apoio do Brasil sem Miséria à economia solidária por região



Fonte: Senaes/MTE, 2014.

AVANÇOS, PROPOSTAS E DESAFIOS

A construção da estratégia de inclusão produtiva urbana do Plano Brasil sem Miséria permitiu que pela primeira vez cursos de qualificação profissional de excelência para as pessoas de mais baixa renda ganhassem escala e capilaridade no país. Como abordado neste texto, isso requereu uma série de modificações – e a disposição dos atores envolvidos em trabalhar de um modo novo. Muitas dessas transformações ainda vão requerer um período de maturação, pois o trabalho de grande escala voltado para o público do Cadastro Único e do Bolsa Família de certa maneira ainda é uma novidade nessa área. Mas já avançamos muito, e é importante consolidar as conquistas e seguir aprimorando o atendimento a essas pessoas.

O empenho do MEC em aglutinar vários parceiros em torno do Pronatec tem sido fundamental, bem como a disposição das entidades que ministram os cursos em adaptar seus procedimentos ao público de mais baixa renda. Mas é certo que jamais se teria chegado até essas pessoas não fossem a entrada da rede de assistência social no processo e o apoio dado pelo Brasil sem Miséria aos municípios para participarem desse esforço.

É preciso evoluir no estudo das informações sobre conclusão, evasão e repetência, aprofundando o conhecimento sobre suas causas com vistas à adoção de novas medidas para que cada vez mais alunos se formem.

Também é importante investigar mais a fundo as informações sobre colocação dos egressos no mercado de trabalho proporcionadas pelos resultados dos cruzamentos entre as bases de dados do Pronatec, do Cadastro Único, do Bolsa Família, da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

O trabalho de identificação de oportunidades junto ao empresariado, para adequação das ofertas do Pronatec (tipos de cursos e quantidade de vagas), deve ser reforçado, de modo a aumentar as oportunidades de absorção dos egressos pelo mercado formal.

Tudo isso permitirá melhorar ainda mais o trabalho que já vem sendo feito no sentido de adaptação dos cursos do Pronatec em termos de período (matutino, vespertino, noturno), carga horária, pré-requisitos de escolaridade, aulas de reforço prévio, material didático etc.

É primordial que haja avanço no desenvolvimento do sistema de intermediação de mão de obra (banco de vagas e candidatos), com mecanismo automático de inserção de informações das pessoas formadas pelo Pronatec e por outras iniciativas de qualificação profissional. O sistema já contempla a inserção de oportunidades de emprego pelas empresas e possibilita que elas visualizem as informações dos profissionais que possam vir a ser entrevistados e eventualmente contratados. Agora

é necessário progredir na articulação com os gestores locais, o empresariado e os trabalhadores, para divulgar a ferramenta e estimular seu uso.

A inserção do Pronatec na estratégia de estímulo ao aumento da escolaridade de jovens de baixíssima renda, com oferta de qualificação profissional concomitante ao ensino médio, é outra fronteira que oferece oportunidades para evolução. O papel dos governos estaduais será crucial nesse esforço. Fazer com que os cursos de formação inicial e continuada cheguem cada vez mais aos jovens pobres, de baixa escolaridade e moradores de áreas carentes, também deve ser objetivo buscado constantemente pelas três esferas de governo.

Com acesso em larga escala à formação profissional de qualidade e a serviços de intermediação de mão de obra, estímulo ao empreendedorismo, à economia solidária, e crédito facilitado, diminuem as desigualdades no mercado de trabalho. Ganham os trabalhadores de baixa renda, cujo empenho em se qualificar está melhorando a sua vida, e a de suas famílias. Ganha o Brasil, que caminha a passos firmes rumo a um futuro sem pobreza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Brasil sem Miséria no seu município*. Edição revisada. Brasília: 2013. Disponível em: <www.brasilsemmiseria.gov.br/municipios>. Acesso em: 12 nov. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Brasil Sorridente e Pronatec Brasil sem Miséria*. Brasília, 2014. Disponível em: <www.brasilsemmiseria.gov.br>. Acesso em: 12 nov. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – Acessuas Trabalho*. Brasília, 2012. Disponível em: <www.brasilsemmiseria.gov.br>. Acesso em: 12 nov. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Pronatec Brasil Sem Miséria*. Brasília, 2014. Disponível em: <www.brasilsemmiseria.gov.br>. Acesso em: 12 nov. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Pronatec Brasil sem Miséria Mulheres Mil*. Brasília, 2014. Disponível em: <www.brasilsemmiseria.gov.br>. Acesso em: 12 nov. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Pronatec Brasil sem Miséria e Projeto ViraVida*. Brasília, 2014. Disponível em: <www.brasilsemmiseria.gov.br>. Acesso em: 12 nov. 2014.

_____. Ministério da Educação. *Sítio Institucional do Pronatec*. Disponível em: <<http://pronatec.mec.gov.br>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

COSTA, P. V.; MÜLLER, L. H. *Professional qualification in the urban productive inclusion strategy of Plano Brasil sem Miséria*. Brasília: International Policy Centre for Inclusive Growth, 2014. (One Pager número 254).

OLIVEIRA, L. F. B.; SOARES, S. D. “Efeito preguiça” em programas de transferência de renda?. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. *Programa Bolsa Família, uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: Ipea, 2013.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). *O empreendedor individual e o Programa Bolsa Família*. Brasília, 2012.

_____. *Portal do empreendedor*. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual>>. Acesso em: 12 nov. 2014.